

PERFIL E ESPECIFICIDADE DA FAVELIZAÇÃO EM CIDADES MÉDIAS NO NORDESTE: UM ESTUDO DE CASO EM PICOS-PIAUÍ*

Maísa Veloso

Mestra em Desenvolvimento Urbano e Regional pela Universidade Federal de Pernambuco e doutoranda em Urbanismo na Universidade de Paris-III.

Resumo: *Estuda o processo de favelização em cidades médias do interior do Nordeste nas duas últimas décadas, procurando identificar suas particularidades em relação ao que, por exemplo, é observado nos grandes centros urbano-industriais. A problemática é analisada à luz do caso do município de Picos-Piauí. Os eixos principais de análise são os aspectos sócio-econômicos e suas repercussões espaciais. Na primeira parte, é feita a caracterização das favelas da cidade com relação a seus aspectos urbanísticos e legais e às condições de moradia. Na segunda parte, é traçado o perfil dos habitantes das favelas, sobretudo no que concerne à situação de emprego e renda e à questão das migrações. Por fim, a autora conclui com a indicação das causas mais diretas da favelização naquele município.*

Palavras-chave: *Favela, Urbanismo, Pobreza, Minifúndio, Migração, Picos-Piauí, Brasil- Região Nordeste.*

* Texto baseado em dissertação desenvolvida no Mestrado em Desenvolvimento Urbano da UFPE e apresentada no 16º Encontro Anual da ANPOCS, GT-23 Estudos Urbanos, Caxambu, 1992.

1. INTRODUÇÃO

A intensa urbanização brasileira nas últimas décadas não foi um fenômeno exclusivo dos grandes centros urbanos e metrópoles. As cidades médias cresceram não apenas em número como também a taxas de urbanização significativamente elevadas*. No Nordeste, este quadro não se apresenta muito diferente, apesar de ter sido a região do País que ostentava, em 1980, o menor grau de urbanização. Os centros de médio porte nordestinos revelaram participação expressiva na localização da população residente em cidades, tendo mais que dobrado em termos numéricos no período 1960-1980. Além disso, os primeiros resultados do censo 91 registram aumento significativo do grau de urbanização da Região e, pela primeira vez em sua história, taxa negativa de crescimento da população rural (TABELAS 1 e 2, ANEXOS). Muitos municípios de médio porte do interior dos estados apresentam taxas de crescimento superiores às de suas respectivas capitais, como é o caso, por exemplo, de Petrolina no estado de Pernambuco.

Da mesma forma, os problemas sociais urbanos como violência, mendicância, favelas e tantos outros, já não mais se constituem em exclusividade das grandes metrópoles nacionais. No dizer de FARIA (1988)(3), "antes triste privilégio dos grandes centros", estes problemas reproduziram-se, sobretudo a partir dos meados da década de 70, em cidades médias de diversas regiões, seja nas áreas próximas aos núcleos metropolitanos, seja no interior do País. A emergência e proliferação de assentamentos urbanos de baixa renda, como favelas e periferias pobres, é um dos indicadores mais expressivos dos impactos sociais do crescimento e/ou estagnação das cidades médias.

No Nordeste, eles podem ser hoje encontrados tanto em cidades como Barreiras, na Bahia, e Petrolina, no submédio São Francisco - consideradas pólos de áreas dinâmicas agroindustriais da Região, recebendo assim os impactos diretos da modernização agrícola -, como em municípios que se

* Conforme MARTINE et al. (1988)(4), por critérios exclusivamente demográficos, são consideradas médias as cidades entre 50 e 500 mil habitantes. Vale salientar que para estes autores só são consideradas cidades aquelas com pelo menos 20 mil habitantes. Ao longo das últimas três décadas, o segmento médio da hierarquia urbana brasileira tem aumentado consideravelmente sua participação, tanto em termos numéricos (de 45 para 135, no período 60-80), como em termos de localização da população urbana nacional (de 21,9 para 26,2% no mesmo período), muito embora seja irrefutável o predomínio da concentração populacional nas grandes cidades. Os primeiros dados do Censo 91 revelam, no entanto, uma sensível queda na taxa de crescimento populacional das regiões metropolitanas. Na classificação de cidades, muito mais do que o mero tamanho populacional, deve ser também considerada uma série de outros atributos sociais e econômicos que revelam o peso de um município numa determinada região de influência.

encontram à margem desse processo ou apenas sofrem suas repercussões indiretas*. Este último é o caso do município de Picos, no estado do Piauí, cujo crescimento significativo a partir dos anos 70, bem como sua mais recente estagnação, foram acompanhados do fenômeno da favelização.

Este texto apresenta os principais resultados de uma pesquisa sobre o processo de favelização em cidades médias do interior** do Nordeste, tendo tido, em sua primeira etapa, estudo de caso centrado no município de Picos-Piauí. O que se buscou foi identificar as especificidades da formação e expansão de favelas nesta cidade, assim como das características que elas assumem, tendo como referencial comparativo a experiência da mesma problemática nas grandes cidades, já bem mais estudada e discutida.

Pretende-se assim contribuir para um melhor entendimento da dinâmica das cidades médias nordestinas nos últimos anos e de seus problemas urbanos, através do estudo da favelização. A extensão da pesquisa a outros estudos de caso fornecerá bases mais precisas para as generalizações. No entanto, as evidências empíricas sugerem a existência de situações bastante similares ao caso de Picos em outras cidades médias da Região.

A hipótese principal, que norteou a investigação, foi justamente que a favelização nessas cidades possui especificidades próprias a sua dinâmica, não apenas no que concerne aos seus determinantes mais diretos, como também às características urbanísticas dos assentamentos e ao modo de vida de seus habitantes, delineando um perfil diverso daquele verificado, por exemplo, nos grandes centros urbano-industriais***. Os eixos principais de análise foram os aspectos sócio-econômicos e suas repercussões espaciais, tendo como referência principal as relações entre campo e cidade (particularmente importantes para as cidades médias do interior).

* Na visão de SMITH (1991:61)⁽⁵⁾, na "década perdida", o Nordeste ficou contingenciado a 13 áreas viáveis para programas agroindustriais irrigados, voltados para a produção e para exportação. As demais áreas, "negadas pela política de divisas", são consideradas áreas do "assistencialismo caridoso".

** O termo, ainda que arcaico, é imprescindível para diferenciar as cidades médias integrantes de aglomerações mais complexas, como as regiões metropolitanas, que possuem dinâmica totalmente diversa das cidades consideradas no âmbito deste trabalho.

*** Apesar de existir uma gama muito diversificada de modos de vida em favelas nas grandes cidades, bem como de suas características materiais, urbanísticas e legais, foi possível identificar em diferentes estudos uma série de características bastante comuns a quase todas ou à grande maioria delas, que foram agregadas naquilo a que chamamos de referencial de análise. A espontaneidade do processo de ocupação, a irregularidade (ao menos inicial) da situação fundiária, a precariedade das condições de moradia e de serviços e a baixíssima renda de seus habitantes foram algumas delas.

O estudo do caso de Picos revelou algumas peculiaridades importantes, a partir de pesquisa amostral realizada em dois assentamentos representativos da situação existente nas favelas locais e do levantamento de dados secundários sobre o perfil sócio-econômico e demográfico do município e de sua microrregião. Na primeira parte deste artigo, é feita a caracterização da situação das favelas da cidade com relação a seus aspectos urbanísticos e legais e às condições de moradia. Na segunda parte, é traçado o perfil dos habitantes das favelas, onde damos ênfase aos aspectos que se relacionam com a questão da integração/dissociação entre campo e cidade, através de duas categorias analíticas básicas: a ocupação e a migração. Ou seja, são privilegiadas as relações de trabalho e os deslocamentos entre cidade e campo. A análise do quadro existente levou ao questionamento das condições que o produziram. As causas mais diretas da favelização em Picos foram também objeto de análise na pesquisa desenvolvida naquele município. No entanto, em função dos limites impostos pela natureza deste texto, elas só serão brevemente mencionadas nas considerações finais, como registro.

2. A CIDADE E AS FAVELAS

A cidade de Picos está localizada no centro-sul do estado do Piauí, sendo o principal núcleo de uma microrregião de 18 municípios. Aí está incluído um grande número de povoados e lugarejos que se constituem, segundo DUARTE (1991:188)⁽¹⁾ "em exemplos sugestivos de vida semi-urbana". Sua privilegiada localização geográfica fez com que Picos se tornasse, já pelos anos 50, um importante ponto de convergência de estradas de rodagem e um típico centro de trocas de produtos comerciais, com uma das maiores feiras do sertão nordestino. Além disso, estando em área de considerável potencial agropecuário, cortada pelo outrora perene Rio Guaribas, o município ostentou por algum tempo a condição de um dos maiores produtores regionais de culturas comerciais como as do alho, cebola e algodão. Com características típicas de cidades interioranas, Picos desconhecia, até meados dos anos 70, os problemas da urbanização acelerada nas grandes cidades, que era, em grande parte, impulsionada pela industrialização.

A maciça predominância de minifúndios em suas terras (hoje ainda mais acentuada) levou ao reconhecimento generalizado da existência de uma estrutura fundiária extremamente igualitária no município, quando comparada aos padrões da região Nordeste. Por este e outros atributos, Picos chegou a receber o título de cidade-modelo do Piauí. Iremos demonstrar, no entanto,

o quanto foi perversamente desfavorável esse processo de minifundização, tendo levado ao esfacelamento da pequena produção, a partir dos anos 70, sobretudo. Foi justamente pelos meados desta década que a cidade de Picos sofreu sensíveis transformações em seu quadro sócio-econômico, as quais repercutiram de forma decisiva para a emergência de inúmeros problemas urbanos, em especial o da favelização.

Um dos principais fatores que impulsionaram o crescimento urbano do município foi o asfaltamento das antigas e a construção de novas rodovias, entre as quais a Transamazônica, que corta o perímetro urbano de Picos, hoje, um dos maiores entroncamentos rodoviários da região (MAPA 1). Além disso, os efeitos da onda modernizadora da agricultura atingiram a microrregião da qual o município é centro polarizador, alterando as relações de trabalho no campo, mesmo sem que tenha havido significativas inovações na esfera técnico-produtiva. Essas mudanças, repercutiram sensivelmente, como veremos, no processo de transferência de residência da mão-de-obra rural para a cidade, assim como contribuíram para a diminuição da população economicamente ativa (PEA) vinculada ao setor primário. Os investimentos públicos - vide programas como o de Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM) - direcionaram-se, sobretudo, para os setores de infra-estrutura viária e de transportes, dentro dos interesses e das disponibilidades que condicionaram a alocação dos recursos à época*, tendo sido relegados a segundo plano setores como os de habitação, educação e saúde.

Assim, tomando como base os indicadores sociais do município (equipamentos e serviços urbanos, principalmente), não podemos afirmar que Picos represente um modelo exemplar de cidade. O setor habitacional é um dos que apresentam maiores deficiências, diante do incremento populacional e do progressivo processo de especulação com a terra urbana que acompanharam a urbanização e a "modernização" da cidade. A especulação imobiliária também já não é um problema de cidade grande apenas. Pelos dados preliminares do Censo 91, o município, hoje com cerca de 80 mil habitantes após a emancipação de um ex-distrito, apresenta cerca de 60% de sua população residindo na zona urbana, enquanto que em 1970 este percentual era de apenas 34%. Vale salientar que o perímetro urbano corresponde a aproxi-

* Na avaliação feita por ZANCHETTI e SERRA (1986)⁽¹⁰⁾ sobre a distribuição e aplicação dos recursos do PNCCPM na região Nordeste, entre 1976 e 1984, constatou-se que grande parte deles foi destinada à infra-estrutura viária e de transportes e ao setor de saneamento, tendo em vista que era da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU) e do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) que se poderia obter maiores recursos para a aplicação sobre a rubrica do programa.

madamente 20% da área total do município. A inversão da situação de residência da maioria de sua população (de rural para urbana), a absorção de fluxos migratórios de zonas rurais e cidades menores circunvizinhas, além de expressiva população flutuante que se desloca diariamente para Picos, fizeram aumentar substancialmente a demanda por bens e serviços urbanos. Mas o grau de determinação direta desses fatores sobre o processo de favelização deve ser melhor avaliado.

Em 1980, existiam na cidade 2.146 domicílios rústicos (cerca de 16% do total de domicílios), onde moravam 15,2% de sua população. Este critério da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) baseia-se unicamente no tipo e na durabilidade do material de construção das habitações, não revelando o significativo percentual de casas em alvenaria (em algumas áreas chega a 70%) que pode ser encontrado em assentamentos pobres da cidade. As pessoas não naturais do município representavam, naquele mesmo ano, quase 20% da população total, uma participação cinco vezes maior do que em 1970. Entre a população favelada, pela pesquisa amostral realizada entre 1991 e 1992, os não naturais de Picos correspondiam a pouco menos de 50%, revelando uma distribuição bastante equilibrada quanto à presença de picoenses e não picoenses nas favelas locais.

Existem na cidade 10 áreas que podem ser classificadas como favelas, em função da precariedade das condições de vida, da situação de moradia e de serviços, bem como da própria representação que seus habitantes fazem do local onde residem*. Algumas delas são mais antigas, como a Trisidela e o Morro da Mariana, que datam da década de 50, mas que antes eram apenas esparsamente ocupadas por um pequeno número de habitações precárias. Outras, como as vilas Papelão e Sem Nome, são mais recentes, dos anos 80. Entre as favelas existentes, duas foram selecionadas para estudo: o Bairro Paroquial e a Vila Papelão. Para a escolha, foram considerados, entre outros critérios, o tamanho e a densidade dos assentamentos, o tempo de existência dos mesmos, o perfil dos habitantes, a situação fundiária e o padrão habitacional predominantes, além de, e principalmente, a representatividade das áreas para o estudo da favelização no município nas duas últimas décadas.

* Do ponto de vista deste trabalho, foram consideradas favelas os aglomerados urbanos de baixa renda caracterizados pela precariedade das condições de vida e de moradia de seus habitantes, sendo esta última predominantemente constituída de unidades unifamiliares (casas individuais), não construídas por programas públicos, e em número não inferior a 30, para o caso de uma cidade média do interior.

O Bairro Paroquial, situado em área de morros, é uma das mais antigas favelas da cidade, tendo surgido entre 1969 e 1970. É também uma das mais populosas, com cerca de 1.000 famílias nela residindo. Já a Vila Papelão é uma das menores e mais recentes (1982), concentrando cerca de 300 famílias em uma área situada às margens do rio Guaribas e parcialmente dentro de seu próprio leito original. Foram aplicados questionários em 90 unidades domiciliares na primeira área e em 30 na segunda. Além disso, a observação no local e uma série de entrevistas sistematizadas a informantes-chave (representantes dos movimentos comunitários, da Igreja e do Poder Público local) complementaram as informações necessárias para as análises. Um pacote estatístico em computador, o SPSS.PC, foi utilizado como instrumento auxiliar no tratamento e na análise dos dados.

2.1 ASPECTOS URBANÍSTICOS E LEGAIS

No que diz respeito aos aspectos físico-espaciais e legais dos assentamentos, algumas peculiaridades podem ser destacadas. Em primeiro lugar, quanto à localização, observou-se que, apesar de acompanharem a tendência freqüente de ocupação de áreas de risco e de baixo valor imobiliário, as favelas de Picos são fragmentadas e dispersas ao longo do tecido urbano, convivendo muito próximas e mesmo lado a lado de áreas e construções mais abastadas, sem nenhum conflito aparente. A estruturação espacial da cidade, fruto de seus processos sócio-culturais e econômicos, apresenta menores contrastes entre áreas ricas e pobres. A própria escala, o tamanho do centro urbano da cidade, contribui para isso. A proximidade das relações sociais determina e ao mesmo tempo é determinada pela proximidade física. A periferia do núcleo urbano não é necessariamente pobre. Esta referência de segregação espacial não é válida para o caso da cidade média de Picos.

Quanto às características dos assentamentos, o que se destaca é a legalidade da situação fundiária, diante da impossibilidade de invasões, pelo rigoroso controle da propriedade e do uso do solo urbano. As favelas de Picos, ao menos até o presente, são favelas legais e de ocupação "ordenada", o que poderia até mesmo colocar em discussão o próprio conceito de favela. Elas surgiram através da concessão para uso, aluguel ou doação dos terrenos, devidamente comprovados, tendo sido o arruamento e o parcelamento dos lotes previamente definidos.

No caso do Bairro Paroquial, predomina a concessão para uso por tempo indeterminado (em 67,8% dos domicílios amostrados), sendo a maior

parte da área propriedade da Igreja. Em 1969, foi comprada pela Paróquia local, com auxílio de diversas instituições, uma área de baixo valor imobiliário para assentamento das famílias mais carentes das regiões ribeirinhas, sujeitas a inundações nos invernos mais fortes. As moradias, em geral edificadas por processo de autoconstrução, são de propriedade dos ocupantes, podendo ser comercializadas. Já na Vila Papelão, predomina a situação de propriedade dos terrenos por parte dos ocupantes, em 68% dos casos. O processo de ocupação da área foi bastante peculiar. Em 1982, a administração municipal, pressionada por famílias que não tinham mais condições de pagar aluguel, concedeu uma série de terrenos em área de domínio público, às margens do Rio Guaribas e, em parte, dentro de seu próprio leito, para assentamento dessa população mais carente. Esta é uma prática já bastante consolidada no Município, visto que boa parte das áreas de baixa renda, sobretudo nos morros da cidade, foi fruto de doações de terrenos por parte do poder público local. Uma vez esgotada a área de morros, a solução foi partir para o rio. Não há registros de invasões urbanas no município de Picos.

Tais processos de ocupação consentida e ordenada acarretaram, em ambos os casos, uma forma peculiar de estruturação urbanística, onde o aspecto principal é a predominante regularidade do traçado e do parcelamento dos lotes, a despeito de quaisquer restrições geográficas ou ambientais, sejam elas o relevo ou o próprio leito do rio (já não mais perene, porém sujeito a inundações periódicas). Em processos espontâneos de ocupação de favelas, tal incongruência poderia até ser justificável, mas o fato é que a configuração urbanística dos assentamentos foi previamente definida pelo aparato técnico-burocrático municipal. Tais traçados dificilmente seriam associados aos de uma favela, no sentido clássico, usualmente conhecido. No entanto, ao observarmos o ambiente construído no local, verificamos que o desenho não se aplica à realidade existente, na qual os processos espontâneos de autoconstrução procuraram se adequar à irregularidade dos morros e do rio. Ele não reflete a imagem que caracteriza o lugar como favela.

2.2 A MORADIA E OS SERVIÇOS

A condição de pobreza estaria fortemente embricada às condições de moradia e de acesso a serviços, muito embora, como ressaltam TELLES e CAVENAGHI (1990)⁽⁷⁾, não se deva estabelecer uma relação de causa e efeito entre as mesmas. O traço comum entre as favelas picoenses e as de qualquer outro centro urbano do País é justamente a situação de extrema pobreza e a precariedade da situação habitacional, aí incluídos os serviços.

Mesmo assim, alguns aspectos merecem ser mencionados. Em primeiro lugar, destaca-se a legalidade de ocupação dos domicílios, não sendo também registrados casos de invasão. No conjunto das duas áreas, 78% das moradias são de propriedade do grupo familiar nelas instalado, 15% são alugadas e apenas 7% concedidas para uso, em geral por familiares dos ocupantes.

Uma das peculiaridades das favelas do município de Picos é a considerável presença de habitações em alvenaria, que corresponde a 63,3% do total dos domicílios amostrados. As construções em taipa, que são predominantes na Vila Papelão, representam cerca de 32% do conjunto das duas áreas. A quase totalidade das cobertas é constituída de madeira e telhas de barro, materiais tradicionais da região, não sendo raro encontrar em habitações mais antigas a utilização do tronco da carnaúba (palmeira natural da região), como elemento de sustentação da cobertura. A grande maioria dos domicílios (84%) possui piso cimentado, devido principalmente a campanhas realizadas pela Prefeitura.

A utilização de materiais mais duráveis na habitação pode ser explicada menos pelo poder aquisitivo de seus ocupantes do que pela conjunção de dois fatores fundamentais: a segurança de permanência no local, o que permite a progressiva melhoria da casa, e as facilidades de aquisição gratuita de materiais de construção, propiciada por práticas clientelistas bastante comuns no Município, onde o controle político sobre o eleitorado mais carente (praticamente corpo a corpo) é garantido por generosas doações de bens, notadamente os que se destinam à melhoria da habitação. Das habitações em alvenaria existentes, 82% são próprias, 89% estão implantadas em terrenos próprios ou concedidos para uso por tempo indeterminado e 67% dos entrevistados nelas instalados ali residem há mais de cinco anos. Em 65% dos casos, as famílias residentes neste tipo de moradia auferem renda mensal de até 1/2 salário mínimo *per capita*, considerada muito baixa. Desta forma, o material de construção da moradia não pode por si só expressar o padrão de vida do grupo familiar nela instalado. Na análise da situação habitacional, também devem ser consideradas outras variáveis como os equipamentos, os serviços e a densidade de ocupação.

As condições sanitárias da habitação revelaram-se extremamente precárias: 51% das casas não possuem banheiro de espécie alguma. Cerca de 56% dos domicílios jogam seus dejetos a céu aberto e apenas a metade possui canalização interna. É relativamente pequena a frequência de habitações de cômodo único (6,7% em ambas as áreas), mas a densidade de mais

de 3 pessoas por dormitório, considerada bastante alta, é encontrada em cerca de 60% das casas.

Outro aspecto diz respeito à utilização do lote e/ou da moradia para outras atividades. Ao contrário do que esperávamos encontrar, o uso da habitação/terreno para pequeno comércio ou prestação de serviços só foi registrado em 3,3% das unidades amostradas em ambas as áreas. Também se revelou abaixo da expectativa a quantidade de famílias que utilizam o terreno para o plantio ou a criação de subsistência (em apenas 18% dos casos), o que seria uma suposta tendência à manutenção de práticas tipicamente rurais na vida urbana, considerando o perfil dos favelados (majoritariamente de origem rural, como veremos) e a proximidade, ao menos física, das relações com o campo. A plantação de milho, macaxeira e outros produtos, ou a criação de galinhas e porcos no fundo de quintal* não resistiram ao processo de urbanização da força de trabalho de origem rural, maciçamente predominante nas favelas. O depoimento de um morador expressa de forma cristalina o cerne da questão:

"Lugar de se plantar é lá, na roça. Se a gente mora aqui na rua, não pode tomar conta direito da roça (...), acaba deixando. E no final das conta, a gente não tem mesmo nada, nem lá, nem cá".

A expressão morar na "rua" significa morar na cidade, na linguagem local.

3. A POPULAÇÃO DAS FAVELAS

A existência de favelas em áreas urbanas é geralmente associada à presença de migrantes, notadamente os de origem rural. Esta seria uma característica demográfica bastante comum ao contingente populacional residente em favelas, muito embora seja hoje questionada a relação de causalidade direta entre migrações e favelização**. De acordo com os dados apre-

* Esta representação de uma vida bucólica e supostamente mais saudável da pobreza urbana em cidades de interior foi construída a partir de algumas evidências observadas nos primeiros contatos exploratórios na área (muita vegetação e animais soltos etc.). Ainda que de certa forma existente, esse tipo de prática eminentemente rural demonstrou-se pouco expressiva no modo de vida da população favelada.

** Conforme VERAS (1987)⁽⁹⁾ e TASCHNER, VERAS (1990)⁽⁶⁾, para o caso de São Paulo.

sentados na TABELA 3, ANEXOS, pouco mais da metade dos entrevistados nas duas áreas (54,2%) é natural do próprio município, havendo assim uma distribuição bastante equilibrada quanto à presença de picoenses e não picoenses nas favelas locais. A participação de pessoas de situação de origem rural é entretanto, bem mais expressiva: 81,7% dos entrevistados nasceram no campo, sendo 44% no município de Picos. A grande maioria é de fato constituída de piauienses (90%) e 83% são da própria microrregião, o que delineia claramente a área de influência da cidade de Picos, ao menos no que concerne às populações pobres e, sobretudo, de origem rural.

Na pesquisa, foram consideradas migrantes não apenas as pessoas naturais de outro município, mas também aquelas nascidas em Picos que possuem experiência de migração, ou seja, as que já residiram em outra localidade e retornaram, e que foram assim classificadas como migrantes de retorno. Desta forma, o subconjunto de migrantes, conforme expresso na TABELA 4, ANEXOS, representa 61,6% da população favelada, sendo 15,8% migrantes de retorno. Apesar de ser significativa a presença de migrantes no conjunto das duas áreas, não deve ser supervalorizado, como veremos, o peso das migrações sobre o processo de favelização no Município.

O que é importante aqui destacar é que as migrações da população de baixa renda para a cidade de Picos não podem ser entendidas como um processo de atração pelos benefícios urbanos, nem constituem um estágio intermediário de um suposto percurso em direção a centros de grande porte. Na análise da trajetória do contingente migrante entre o local de origem e o município de Picos, verificamos que 60% das migrações foram diretas, o que corresponde ao percentual de entrevistados que declararam ter sido o local de nascimento aquele de residência anterior a Picos. Não foi registrada a presença de pessoas naturais de outras regiões do País, sendo que 8 dos 19 migrantes de retorno entrevistados são provenientes da cidade de São Paulo, o que corresponde a 10,8% do total de migrantes.

Os principais motivos alegados como responsáveis pela saída do local anterior estão relacionados com as condições de trabalho (21,6%) e renda (32,4%), ambas fortemente embricadas, e com as questões de natureza pessoal/familiar. Apesar de um certo equilíbrio entre estes fatores, é notório que, no conjunto, os motivos de ordem material (emprego e renda) sobrepujam os de ordem mais subjetiva (problemas domésticos, acompanhar marido, etc). Cabe ressaltar que o perfil predominantemente feminino da amostra teve significativa influência neste tipo de questão.

No que concerne aos fatores que motivaram a escolha de Picos como local de destino, há um equilíbrio entre aqueles referentes à busca de emprego ou melhores condições de trabalho e os de natureza pessoal/familiar, tendo sido destacada, entre estes últimos, a presença de parentes residindo ali e a proximidade de Picos aos locais de origem, majoritariamente, como vimos, da zona rural e da própria microrregião. Na verdade, é quase sempre muito difícil separar as razões de saída de um local daquelas que determinam a escolha de outro como destino. Como é possível observar na TABELA 5, ANEXOS, a migração para Picos não se pautou na expectativa de maiores ganhos ou salários, nem tampouco significou uma atração pelos benefícios urbanos (equipamentos, serviços e outras facilidades), como acontece em geral com os migrantes que se destinam às grandes cidades.

Esses dados corroboram a afirmação de ZANCHETI e SERRA (1986) de que "a cidade média não atrai; ela é, na maioria das vezes, a única opção" para as pessoas oriundas do campo e de outros municípios menores circunvizinhos, sobretudo para aquelas mais carentes que, impossibilitadas de migrar para centros maiores, aspiram manter vínculos mais estreitos com o local de origem (rural principalmente), seja através do trabalho (como veremos), seja através das relações familiares, o que propicia maior segurança.

Assim, as migrações para a cidade média de Picos não devem ser confundidas com os movimentos migratórios destinados aos grandes centros urbano-industriais, dos quais se diferenciam quanto aos motivos de atração e à natureza do deslocamento. Há, no caso picoense, uma expectativa inicial de manutenção do vínculo familiar e ocupacional com o meio rural, através de deslocamentos freqüentes entre cidade e campo, o que constituiria um peculiar processo de integração rural-urbana. No entanto, esse vínculo é progressivamente desfeito à medida que aumenta o tempo de residência na cidade, não resistindo à inevitável inserção no mercado de trabalho urbano, mesmo que seja nos setores informais da economia. A TABELA 6, ANEXOS, apresenta com nitidez esta tendência à desvinculação da ocupação no setor primário para o segmento favelado de origem rural. Apenas 15,8% deste subconjunto possui atualmente ocupação na agropecuária. Até os 3 primeiros anos de residência urbana, o vínculo com o trabalho rural era mantido por 32,5% daquele contingente. Quase 60% deles possuíam a atividade agropecuária como trabalho principal antes de virem morar na cidade.

A TABELA 7, ANEXOS, mostra a situação ocupacional atual dos entrevistados nas duas favelas. Quase 70% dos que trabalham estão vinculados

ao setor terciário, sendo 17,5% no comércio (basicamente o pequeno comércio informal) e 50,8% nos serviços, o que se enquadra de certo modo no processo de terciarização da economia do Município e na queda do peso da atividade primária. Apenas 6,3% dos ativos possuem ocupação principal no setor agropecuário; já sob forma de ocupação secundária, ele aparece em 25,4% dos casos. Somente 25% dos entrevistados que trabalham possuem carteira assinada.

Mas, de todo modo, existia a expectativa inicial de manutenção das relações de trabalho e de convívio com o campo. No movimento de transferência da população rural para a cidade e nos seus primeiros anos de residência urbana, o campo não fica para trás no processo, como ocorre com os migrantes que se destinam às grandes cidades. É, no início, um presente contínuo e muito próximo, inclusive fisicamente. Esta é uma das especificidades das migrações para as cidades médias interioranas, ao menos no caso de Picos.

Mesmo assim, uma vez na cidade, os demais tipos de relações com o meio rural (que não a de trabalho) também se pulverizam com o passar do tempo. Cerca de 85% dos migrantes entrevistados residem em Picos há mais de 5 anos, sendo que aproximadamente a metade ainda mantém algum tipo de contato com o local de origem (cartas, visitas eventuais, mensagens pelo rádio), cada vez menos freqüentes. Nenhum deles recebe ajuda financeira e apenas 2% remete este tipo de auxílio para os familiares que ficaram.

Um outro aspecto importante na questão das migrações diz respeito às intensões de transferência da população favelada picoense para outros centros e regiões do País. Procuramos averiguar empiricamente se a cidade média constituiria uma etapa intermediária no processo migratório para as grandes cidades para a população já oriunda do campo ou de outros centros menores, e se ainda é de fato a grande metrópole aquela que mais atrai a população favelada como um todo. Para o caso de Picos, a resposta para a primeira colocação é negativa, enquanto que para a segunda é positiva.

Do total de 120 entrevistados nas duas áreas, 31% afirmaram ter intenção de migrar para outros municípios*. Era esperada maior freqüência

* A intenção de migração foi caracterizada a partir da manifestação de um desejo veemente, incluindo elaboração de planos, contatos e tomada de algumas providências, por parte dos entrevistados e/ou do grupo familiar, de mudar para outra localidade nos 12 meses subsequentes à data da entrevista.

de emigrantes em potencial, uma vez constatado que Picos não exerce muita atração em termos de expectativas de maiores ganhos e melhorias das condições de vida em geral, nem para os próprios picoenses. Entre os que expressaram intenção de migrar para outro município, metade apontou São Paulo como o lugar de destino desejado, tendo se destacado, em segundo lugar, o Distrito Federal (Brasília basicamente) e metrópoles das demais regiões, bem como as regiões de fronteira agrícola, Roraima e Rondônia principalmente (TABELA 8, ANEXOS).

Esses dados sugerem a permanência de atração pelas grandes cidades que, no conjunto, representam mais de 60% das intenções de migração. A motivação para migrar para estes centros reside sobretudo nas perspectivas de obtenção de maiores ganhos, salários ou enriquecimento a curto prazo, principal razão para 46% dos entrevistados. Entre outros motivos pessoais e familiares, a presença de parentes residindo no local de destino pesa consideravelmente na escolha, tendo sido apontada como fator preponderante por 21,6% dos entrevistados. Mas é sobretudo para os que desejam permanecer que os motivos de natureza pessoal/familiar adquirem maior relevância.

Entre aqueles que declararam não ter intenção de migrar para outro município, 66% alegou motivos pessoais ou de ordem familiar (proximidade da família, maior segurança, filhos pequenos, marido com trabalho, etc). A predominância do sexo feminino na população amostrada teve mais uma vez influência significativa neste tipo de questão. Para fornecer uma idéia mais precisa, das 79 mulheres entrevistadas, 56 (ou 70%) desejam permanecer em Picos. Entre os chefes de família (que são na maioria homens), é maior a propensão à migração. Além disso, essa tendência revelou-se mais freqüente entre os entrevistados cujas famílias auferem renda mensal de até 1/2 salário mínimo per capita (68%) do que entre aqueles que recebem mais de 1/2 salário (24%), linha que diferencia os muito pobres (ou miseráveis) dos pobres, segundo os critérios adotados por LOPES e GOTTSCHALK (apud VERAS, TASCHNER, 1990)⁽⁶⁾.

Por fim, cabe observar que, se existe uma certa relação de causalidade entre a baixa renda e a intenção de migrar, este mesmo tipo de relação não pode ser verificada entre a condição de migrante e a de favelado. Na análise comparativa entre os subconjuntos de migrantes e não migrantes, observou-se situações bastante similares quanto às condições de moradia, ocupação e renda, em ambos os casos igualmente precárias (TABELA 9, ANEXOS), o que confirma a tese defendida por DUARTE (1978). Não se pode explicar a

condição de morador de favelas pelo simples fato de ser migrante a maior parte de seus habitantes, principalmente se se trata de pessoas de origem rural. Para exemplificar este último caso, foi observado na pesquisa que 63% da população favelada de origem rural já morou em outra condição de moradia antes de vir para a favela (em geral em casas alugadas), sendo que quase 30% declarou ter tido uma habitação, considerada por eles mesmos, superior à atual. Esse processo, a que VERAS, TASCHNER (1990)⁽⁶⁾ chamaram de "filtração descendente", é revelador da pauperização intra-urbana da população municipal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para uma melhor compreensão das particularidades da favelização na cidade de Picos e das características que assume, seria muito importante proceder à análise dos fatores específicos que a determinaram, aspectos que estão relacionados com a dinâmica rural-urbana do município e suas formas de inserção nos contextos regional e nacional nas duas últimas décadas*. Como anunciamos anteriormente, os limites impostos pela natureza deste texto não permitem o detalhamento das causas mais diretas da favelização naquela cidade. Apontaremos tão-somente, sob a forma de considerações finais, alguns destes elementos que se colocam na raiz da questão estudada.

* A questão da favelização se inscreve dentro de uma questão maior que é a da pobreza urbana no Brasil nas últimas décadas e da qual ela é uma das formas de expressão. A pobreza urbana (em grandes cidades) é problema histórico, remontando ao final do século XIX, com o surgimento das primeiras favelas e cortiços no Rio de Janeiro e São Paulo. Era associada então à vadiagem ou à não opção pelo trabalho, e a moradia da pobreza era vista como um problema sanitário, de saúde, que precisava ser eliminado.

O reconhecimento da pobreza como questão social só irá ocorrer na década de 50, com a aceleração da industrialização e do êxodo rural, que explicava em boa parte os problemas urbanos das grandes cidades e a exclusão e "marginalização" de numerosos segmentos da sociedade. Na década de 60, sobretudo, a teoria da marginalidade social foi a idéia-força, que conduzia o tratamento da questão da pobreza. Nos anos setenta, a abordagem do setor informal, visto agora como integrado e complementar aos setores formalizados da economia, influi no redirecionamento da forma de ver o problema da pobreza.

Por fim, nos anos 80 com o agravamento generalizado das condições de vida a nível nacional, a pobreza atingindo proporções gigantescas, a questão é recolocada, inclusive na agenda de instituições internacionais como o Banco Mundial e a Fundação FORD, sendo apontada inclusive (e a história parece se repetir) como problema sanitário-higienista, causa mesmo da degradação ambiental e da proliferação de doenças antes erradicadas. Para mais detalhes, ver VALLADARES (1990)⁽⁸⁾.

Já a pobreza urbana em cidades médias é fenômeno bem mais recente (a partir da década de 70 sobretudo), muito pouco estudado, mas não necessariamente menos importante e preocupante.

Em primeiro lugar, faz-se necessário observar que o processo de minifundização crescente na zona rural do município, como de resto já ocorre em toda a microrregião, longe de representar uma solução, tem na verdade se constituído em problema, pelas condições em que se processa. Isso se deve em grande parte aos descasos da política agrícola nacional, num contexto em que a prioridade é dada às grandes lavouras de produtos de exportação. O resultado tem sido o literal esfacelamento da pequena produção rural e o quase desaparecimento de culturas tradicionais, que se encontram à margem daquelas priorizadas pela política de exportações.

Além disso, deve-se esclarecer que o mito da cidade-modelo foi construído em cima de uma suposta distribuição igualitária de terras do município, que teve como base principal o número de minifúndios existentes (de fato, bastante elevado), desconsiderando um dado importante: em 1980, por exemplo, 75% dos estabelecimentos rurais detinham apenas 12% das terras ocupadas, enquanto 2,6% (os de 100 ha ou mais) apropriavam-se de 49,6% do total desta área. Essa concentração de terra só se acentuou ao longo das duas últimas décadas, mas tem origens históricas.

Na pesquisa primária, verificamos que a maioria dos ex-trabalhadores rurais residentes nas favelas eram parceiros que trabalhavam em propriedade alheia, não sendo expressiva a participação de ex-pequenos proprietários rurais. Assim, ainda que o esfacelamento da pequena produção no campo esteja na raiz da pobreza (rural e urbana) no município de Picos, ele não parece incidir de forma direta no processo de favelização em análise. O principal aspecto que determinou a transferência de trabalhadores rurais para a cidade, levando ao aumento da demanda por bens serviços como, no caso mais imediato, a moradia, foi de fato a mudança das relações de trabalho no setor agropecuário, sobretudo através da utilização de uma forma peculiar de parceria.

A transformação de trabalhadores permanentes e residentes nos estabelecimentos de trabalho em mão-de-obra volante e temporária não se deu através do assalariamento, como em outras áreas do País, e mesmo em alguns casos do Nordeste, onde foi intenso o processo de capitalização e modernização da agricultura. Sem que isso tenha ocorrido, a sutil "expulsão" dos trabalhadores do campo foi determinada pela utilização progressiva da parceria temporária, na qual a mão-de-obra rural, agora majoritariamente instalada na cidade, ocupa-se temporariamente nas atividades de plantio e colheita, sob o velho regime de divisão da produção, sem relação monetária. É

insignificante, na microrregião, o percentual de empregados assalariados temporários sobre o total do pessoal ocupado no setor primário. Ao menos entre a população favelada que exerce ou já exerceu ocupação na agropecuária após transferência para a zona urbana, é (ou foi) a parceria temporária o regime de trabalho predominante.

Aspectos referentes à dinâmica urbana interna do município também contribuem, e de forma mais direta, para a favelização que ali se verifica. A fragilidade da economia urbana local na geração de emprego e renda para os contingentes migrantes e para sua própria população (ainda mais agudizada no contexto de crises dos anos 80), a exacerbada concentração de terras urbanas, sob controle majoritário de umas poucas famílias tradicionais, merecem ser destacadas.

A situação encontrada na cidade de Picos não é exceção ou muito rara entre as cidades médias do interior do Nordeste. Como afirmamos, as evidências empíricas apontam para a existência de problemas similares em outros centros do mesmo porte, e mesmo, em alguns aspectos, naqueles que se situam em áreas mais dinâmicas de modernização agrícola. A extensão desta pesquisa inicial a outros estudos de caso em cidades médias (o que ora desenvolvemos) e o desenvolvimento de outras correlatas permitirão algumas generalizações mais precisas sobre este importante segmento da rede urbana regional, ainda tão pouco estudado.

